

# Conotações ideológicas da expressão *acadêmico* na revista *Veja*

## RESUMO

Os *media* ocupam um lugar central na construção da sociabilidade contemporânea. Dentro desse contexto as revistas semanais brasileiras desempenham uma importante função na compreensão do mundo. Este trabalho é um estudo do uso da expressão “acadêmico” na revista *Veja*. O objetivo é evidenciar o forte componente ideológico que acompanha o termo nas diversas formas empregadas em artigos e reportagens do periódico.

## ABSTRACT

The media are a privileged place for the constructing of our sociability. In this context, weekly Brazilian magazines perform an important function in our understanding of the world. This text examines the use of the expression “academic” by the weekly Brazilian magazine *Veja*. Our goal is to show the ideological assumptions which such term carries when it is deployed by that magazine in its articles and reports.

Alfredo Eurico V. Pereira Jr.

Doutorando em Comunicação – UFRJ  
Professor da Unisinos

Karla Maria Müller

Mestre em Comunicação – PUCRS  
Professora da FABICO / UFRGS

## Introdução

PRETENDEMOS MOSTRAR NESTE trabalho como a principal revista semanal do país, *Veja*, que atinge mais de um milhão de leitores, lança seu olhar sobre a universidade – enquanto espaço de produção de conhecimento – procurando evidenciar de que forma se dá, em suas páginas, a construção do significado da expressão “acadêmico”.

Os meios de comunicação de massa são um fator central da sociabilidade contemporânea. Hoje as relações do homem com o mundo são cada vez mais construídas pelos *media*. As pessoas buscam a televisão, o rádio, o jornal e a revista para informarem-se sobre a realidade que as cerca, como uma forma de entretenimento e como uma das maneiras de organizarem suas vidas. Vivemos a chamada “revolução das comunicações” que teve início em meados do século XIX e se torna mais intensa neste século, determinando profundas mudanças socio-econômico-político-culturais (Rubim, 1995, p.117).

Entendemos que o campo dos *media* não é mais o espaço de reprodução do real, mas, mais do que isso, o lugar onde o próprio real remete-se para apontar o processo de sua própria produção e legitimação:

“São os ‘media’ que definem sua legitimidade como instituição produtora do único código discursivo legítimo, como grande máquina de fabrico de modelos puros, sem nenhuma outra referência que não seja a sua autoprodução ilimitada.” (Duarte, s/d, p. 25).

Dentro deste contexto, acreditamos

que o jornalismo tem um papel fundamental na construção do mundo. Mais do que simples técnica, cremos que é lugar “estratégico” de produção do real ( Fausto, 1991, p. 25).

Nesse sentido, passa a desempenhar a função de principal fórum de discussão das questões relevantes do país. Como exemplo disso, temos a cobertura dos *media* do impeachment do ex-presidente Collor (Fausto, 1995).

As revistas semanais como a *Veja* e a *ISTOÉ* devem ter como uma de suas funções trazer para a cena pública nacional os fatos que mexem com o dia-a-dia dos brasileiros. Para nós, estes dois periódicos atingem basicamente um setor da sociedade responsável pela formação da opinião. Grosso modo, a informação que é passada por estes veículos contribui para a visão que as pessoas têm da sociedade.

No contexto da vida de uma nação, a universidade deveria ser um espaço fundamental para a produção de conhecimento, que tem a ver com o aperfeiçoamento democrático e com a construção da cidadania. Consideramos que é imanente a relação dialética entre a sociedade e a academia.

Para realizar o trabalho buscaremos fazer uma análise empírica baseada na teoria e metodologia expressas por John B. Thompson em sua obra “Ideologia e Cultura Moderna” (Thompson, 1995). Nosso objeto de estudo são as edições de *Veja*, dos números 1444 a 1448 (15 de maio a 12 de junho de 1996), correspondendo a uma fase onde o mundo acadêmico deveria estar em evidência por causa da greve dos funcionários das universidades públicas federais (Wolf, 1994, p. 125-158).

## **Teoria Crítica e Jornalismo**

Antes de entrarmos na pesquisa propriamente dita, julgamos necessário fazer uma breve viagem sobre a Teoria Social Crítica, alguns aspectos sobre o jornalismo e os caminhos (a função social) da universidade.

Na relação entre estes dois campos é possível identificar um dos caminhos de formação da sociabilidade contemporânea.

“O surgimento da comunicação de massa, e especialmente o surgimento da circulação em massa de jornais no século XIX e a emergência da difusão por ondas no século XX, teve um impacto profundo no tipo de experiência e nos padrões de interação característicos das sociedades modernas. Para a maioria das pessoas hoje, o conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia.” (Thompson, 1995, p. 285).

Começamos pela Teoria Social Crítica. A Escola de Frankfurt é o primeiro trabalho sistematizado e organizado das práticas específicas dos meios de comunicação de massa, no contexto global da sociedade capitalista. Participaram do movimento, entre outros, Benjamin, Adorno, Horkheimer e Marcuse. A Escola defende que a sociedade capitalista entrou num estágio radicalmente diferente de elementos anteriormente resistentes, tais como, por exemplo: a classe operária, que foi cooptada pelo sistema. Controles repressivos também cresceram neste último estágio (Guareschi, 1982, p. 15).

Essa visão simplificada da visão da Escola de Frankfurt ou a concepção de uma Teoria Crítica pode passar a falsa imagem de uma unidade temática e um consenso epistemológico teórico e político entre os autores que fizeram parte da Escola. No entanto, isso raras vezes aconteceu.

“O que caracteriza a sua atuação conjunta é a sua capacidade intelectual e crítica, sua reflexão dialética, sua competência dialógica ou aquilo que Habermas viria chamar de ‘discurso’, ou seja, o questionamento radical dos

---

pressupostos de cada posição e teorização adotada.” (Freitag, 1994, p. 33-34).

Cabe ressaltar ainda que sempre estiveram presentes nos trabalhos dos frankfurtianos três temas: a dialética da razão iluminista, a dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural, e a questão dos estudos e as formas de legitimação na sociedade capitalista.

No estudo vamos nos deter no conceito de indústria cultural que mostra o efeito dos “*media*” nas estruturas sociais modernas. Conforme Adorno, a indústria cultural ao pretender a integração vertical dos seus consumidores, não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas mas, em larga medida, determina o próprio consumo. Preocupada com os homens apenas enquanto consumidores e empregados, a indústria cultural reduz a humanidade, em seu conjunto, assim como cada um dos seus elementos, às condições que representam seus interesses. Ela traz todos os elementos característicos do mundo moderno e nele exerce um papel específico, o de portadora da ideologia dominante, que dá um sentido a todo o sistema (Adorno, 1971, p. 287-295).

Habermas dá continuidade aos trabalhos dos teóricos críticos. Retoma as idéias dos primeiros frankfurtianos dentro de uma nova perspectiva. É sobre a obra inicial do autor, que trata das mudanças estruturais da esfera pública (Habermas, 1984), que vamos abordar, dentro da reflexão que estamos fazendo, da centralidade dos *media* na sociedade contemporânea.

Faremos uma síntese sobre o assunto proposto, a partir de Thompson:

“Prestando muita atenção ao desenvolvimento das instituições da mídia desde o século XVII até hoje, Habermas retraça o surgimento e a consequente desintegração do que ele chama ‘esfera pública’. Como o âmbito de comunicação e debate que foi estimulado pelo surgimento da comunicação

de massa na forma de uma imprensa relativamente restrita e independente, a esfera pública burguesa criou um fórum onde a autoridade do estado podia ser criticada e questionada a justificar-se diante de um público informado e pensante. Mas esse fórum restrito e frágil foi efetivamente minado pelo desenvolvimento do Estado e pelas instituições não-estatais no século XIX e XX. O crescimento do Estado e das organizações comerciais de grande escala no campo da comunicação de massa transformaram a esfera pública emergente de uma maneira fundamental, a tal ponto que o potencial crítico inerente a essa esfera foi diminuído ou empurrado para a clandestinidade e retém seu valor, hoje, mais como uma promessa, como um ameaçador princípio de crítica do que como uma realidade institucionalizada.” (Thompson, 1995, p. 144).

Segundo Habermas, o modelo da esfera pública burguesa contava com a separação rígida entre o setor público e o setor privado. Esse quadro se modificou: surge uma esfera repolitizada que não pode ser subsumida, nem sociológica nem juridicamente, sob as categorias do público e do privado (Habermas, 1984, p. 208).

Habermas considera que a refuncionalização do princípio da esfera pública baseia-se numa reestruturação enquanto uma esfera que pode ser apreendida na evolução de sua instituição por excelência: a imprensa. De um lado temos que, na mesma medida de sua comercialização, supera-se a diferença entre a circulação de mercadorias e a circulação do público; dentro do setor privado, apaga-se a nítida delimitação entre a esfera pública e a esfera privada.

Do outro lado, no entanto, a esfera pública, à medida que a independência de suas instituições só pode ser assegurada mediante certas garantias, deixa de ser, de modo geral, exclusivamente parte do setor privado. Enquanto antigamente a imprensa

só podia intermediar o raciocínio das pessoas privadas reunidas em um público, este passa agora, pelo contrário, a ser cunhado primeiro pelos meios de comunicação de massa (Habermas, 1984, p. 213-221).

No entender de Thompson, esta obra de Habermas representa uma das poucas tentativas sistemáticas de desenvolver uma teoria social historicamente informada da comunicação de massa e de repensar a natureza do papel da ideologia dentro desse referencial.

Neste processo de comunicação de massa, o jornalismo é uma forma de conhecer, ver, perceber e conceber o mundo. É o lugar que dá visibilidade aos diversos campos que constituem a sociedade moderna. Para fazer tal afirmação torna-se necessário explicar de que jornalismo estamos falando.

## **O conhecimento do jornalismo**

Acreditamos que a definição do jornalismo como um conjunto de técnicas especiais é reducionista e não consegue compreender o campo jornalístico como “lugar estratégico” de produção e construção do real. A partir do livro de Fausto Neto, *Mortes em Derrapagem* (Fausto, 1991, p. 25), tentaremos mostrar por que o jornalismo não se reduz a uma atividade técnica. No dia-a-dia de sua atividade o jornalista é servido pela língua, códigos e regras do campo das linguagens, para, no trabalho da enunciação produzir discursos. Em outras palavras, o jornalismo tem uma dimensão simbólica.

Partindo do pressuposto de que o ato de discursar resulta do contato do jornalista com o campo do código, é possível afirmar-se que o “ato jornalístico”, mais do que trabalhar com “regras”, “leis” ou “dicas”, estrutura-se em dois momentos estratégicos: operação e construção, cujas regras são pensadas independentes do sujeito, pois quando ele as aciona elas já estão estruturadas no campo da linguagem.

Na elaboração do seu texto, o jornalista vai utilizar procedimentos de seleção e

combinação, mediante unidades que, articuladas, vão se transformar em mensagens ou, de um modo mais abrangente, em discursos sociais. Este trabalho de operação não se dá apenas no campo restrito do código, uma vez que o sujeito se defronta com outros códigos – ou outros discursos – de que empresta também para constituição de suas unidades discursivas. Do trabalho de operar com vários discursos resultam as construções que, no jargão jornalístico, podem ser chamadas de notícias.

Este trabalho do sujeito, a partir e através do outro, não é algo mecânico e não pode repousar sobre a idéia de que do simples uso das palavras resultaria a transparência das mensagens.

O grau de nomeação das coisas pelas palavras não se dá apenas pelo recurso da justaposição, mas por algo que decorre do investimento do trabalho da enunciação, isto é, pelo sujeito (Benveniste *apud* Fausto, 1991, p. 27). A enunciação é uma espécie de tomada de posição, a instância que estrutura o valor do dito – as mensagens que vêm em forma de matérias, segundo economias específicas a cada sistema e/ou suporte (veículo) de comunicação e que produzem dimensões classificatórias da realidade.

Pelo que vimos até agora, o campo do jornalismo não é, como reza a tradição, um lugar de “mão única” onde não há nem o imaginário nem o simbólico, onde se pode mobilizar mecanismos preestabelecidos, sempre disponíveis, para classificar o real.

O processo de enunciação jornalística é regulamentado através de procedimentos mais generalizados e que se encontram estabelecidos em espécies de “macrocódigos”: a língua, as matrizes culturais, as regras sociais, a ética e as ideologias. Mas também os “microcódigos”, como os dispositivos que são criados dentro dos próprios veículos de comunicação que estabelecem regras e servem de guia para um “fazer jornalístico”, asséptico e desobrigado – explicitados, por exemplo, nos manuais de redação.

Como podemos ver, são tantos os

“textos” – não cometeríamos uma heresia se disséssemos que são infinitos – que atravessam o campo do jornalismo, são tantas as tensões, as vozes, as práticas discursivas, que reduzi-lo à mecânica das regras seria perder a sua própria dimensão, seu próprio objeto.

Queremos deixar claro que partilhemos deste entendimento, já que há todo um campo, principalmente nas redações das empresas jornalísticas, que vêem o jornalismo como um conjunto de regras.

### **Os caminhos da universidade**

Outro aspecto a ser considerado no trabalho é o entendimento que temos de universidade, como um espaço de produção do conhecimento. É a partir desta conceituação que procuraremos mostrar como a expressão “acadêmico” é usada na revista *Veja*. Tema este que será tratado mais adiante.

Interessa-nos agora dar uma idéia geral sobre qual o significado da universidade na contemporaneidade. Para tanto, vamos trabalhar em especial com o enfoque dado ao assunto por Boaventura de Sousa Santos (1996) em “Pela Mão de Alice” .

Boaventura explica que o questionamento da universidade, um fenômeno talvez tão antigo quanto a própria universidade, tem se ampliado e intensificado significativamente nos últimos anos, razão por que é legítimo falar de crise da universidade, mesmo admitindo que tal caracterização, pelo seu uso indiscriminado, talvez não seja a melhor.

Ele procura mostrar também que a universidade, longe de poder resolver as suas crises, tem vindo a geri-las de forma a evitar que elas se aprofundem descontroladamente, recorrendo para isso, à sua longa memória institucional e às ambigüidades do seu perfil administrativo. Tem-se tratado de uma atuação ao sabor das pressões, qual incorporação acrítica de lógicas sociais institucionais exteriores e sem perspectiva de médio ou longo prazo.

O autor diz que a universidade enfrenta três tipos de crise: da legitimidade, da hegemonia e institucional. De uma forma resumida pode-se dizer que a crise de hegemonia, a mais ampla, tem relação com os conhecimentos que a universidade produz e transmite. Ele esclarece que a crise hegemônica está relacionada com as três fases do desenvolvimento do capitalismo: a liberal (até finais do século XIX ); do capitalismo organizado (de finais do século XIX até os anos 60); do capitalismo desorganizado.

A crise de legitimidade tem ligação com as pessoas a quem os conhecimentos produzidos são destinados, e portanto à democraticidade da transmissão destes. Sousa Santos evidencia que os fatores desta crise já se fazem presentes no período do capitalismo organizado nas lutas pelos direitos sociais (dentre eles o direito à educação) e econômicos, cujo êxito levou ao Estado-providência.

A última crise, a institucional, tem como marcas a autonomia e a especificidade organizacional da própria instituição. Ela surge na fase do capitalismo desorganizado como conseqüência da crise do Estado-providência.

Para Boaventura, de todas as crises da universidade, a crise institucional é, sem dúvida, a que tem assumido a maior importância nos últimos dez anos. Isto porque nela repercute tanto a crise de hegemonia como a de legitimidade.

O que está em causa é a autonomia da universidade. E o que está sendo colocado, com isto, em jogo, são: a crise do Estado-providência e a desaceleração da produtividade industrial. A universidade tem sido cada vez mais convocada a participar da luta por esta produtividade.

As conseqüências diretas deste processo são de duas ordens. A primeira refere-se ao ciclo do produto e a outra, ao processo de produção. O perigo resulta de o produto industrial ter um ciclo muito mais curto do que o produto universitário (produção e transmissão de conhecimento).

Afirma Boaventura:

“A lógica da rentabilidade do investimento tende a favorecer o curto prazo em detrimento do longo prazo, e por isso só um número reduzido de empresas faz um investimento estratégico, orientado para o médio ou longo prazo. A aplicação desta lógica ao desempenho da universidade tende a favorecer utilidades de curto prazo, sejam elas cursos curtos em detrimento de cursos longos, formações unidirecionadas em detrimento de formações complexas, investigação competitiva em detrimento de investigação pré-competitiva, reciclagem profissional em detrimento da elevação do nível cultural, etc. E isto é tanto mais perigoso quanto é certo que (...) a universidade é uma das poucas intuições da sociedade contemporânea onde é ainda possível pensar a longo prazo e agir em função dele.” (Santos, 1996, p. 218).

Como o autor, acreditamos que a concepção mais ampla de responsabilidade social, de participação na valorização das comunidades e de intervenção reformista nos problemas sociais continua vigente no imaginário simbólico de muitas universidades e de muitos universitários, e tende a reforçar-se em períodos históricos de transição ou de aprofundamente democráticos, como estamos vivendo agora no Brasil.

## **Ideologia e cultura**

Após esta breve explanação, pretendemos traçar um rápido panorama da proposta teórica de John B. Thompson que desenvolveremos na parte final desta pesquisa. A intenção, mais do que uma análise profunda de sua obra, é tentar perseguir, através de um exercício de investigação, algumas pistas indicadas pelo autor ao abordar a questão da ideologia e cultura moderna.

Thompson busca organizar a discussão sobre a natureza e o papel da ideologia, sua relação com a linguagem, com o poder e com o contexto social e as maneiras como essa ideologia pode ser analisada e interpretada, em casos específicos, dentro de um referencial teórico sistemático. Dá ênfase às formas e aos processos sociais dentro dos quais, e pelos quais, as formas simbólicas permeiam o mundo social. Neste sentido, ele destaca o desenvolvimento dos meios de comunicação social, que considera como a característica essencial da cultura moderna e uma dimensão central das sociedades modernas.

“Por isso, proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido mobilizado pelas formas simbólicas serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas.” (Thompson, 1995, p. 79)

John Thompson desenvolve uma concepção diferenciada de cultura que enfatiza a constituição significativa e a contextualização social das formas simbólicas. Ele segue as prescrições de Geertz ao pensar a análise cultural como o estudo do caráter simbólico da vida social; mas defende que esta orientação deve ser articulada com uma abordagem sistemática das maneiras pelas quais as formas simbólicas estão inseridas em contextos sociais estruturados. É a concepção estrutural de cultura:

“De acordo com esta concepção, os fenômenos culturais podem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural pode ser pensada como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas.” (Thompson, 1995, p. 166)

A tese que Thompson defende é que as instituições dos *media* deve ocupar um espaço entre a atuação desenfreada das forças de um mercado, de um lado, e o controle direto exercido, de outro. A isso ele chama de pluralismo regulado.

Em cima dessas reflexões, o autor apresenta quatro teses que fornecem um conjunto de orientações teóricas para a reorientação da análise da ideologia na era da comunicação de massa.

“A análise da ideologia nas sociedades modernas deve conceder à natureza e ao impacto da comunicação de massa, embora tal comunicação não seja o único local da ideologia(...). O desenvolvimento da comunicação de massa aumenta, significativamente, o raio de operação da ideologia nas sociedades modernas, pois possibilita que as formas simbólicas sejam transmitidas para audiências extensas e potencialmente amplas que estão dispersas no tempo e no espaço.(...) Não podemos analisar o caráter ideológico da comunicação de massa analisando apenas as características organizacionais das instituições da mídia ou as características das mensagens da mídia; ao contrário, as mensagens da mídia devem, também, ser analisadas em relação aos contextos e processos específicos em que elas são apropriadas pelos indivíduos que as recebem.(...) Os vários meios de comunicação de massa e a natureza das quase-interações que esses meios possibilitam e mantêm definem parâmetros amplos dentro dos quais as mensagens assim transmitidas adquirem um caráter ideológico, mas tais meios não constituem essas mensagens como ideológicos.” (Thompson, 1995, p.341-347)

Tendo como pressuposto o que foi tratado até agora, o autor apresenta uma proposta de como concretamente podemos analisar formas simbólicas em circunstânci-

as específicas. Ele procura investigar algumas das ligações entre debates teóricos sobre cultura, ideologia e comunicação de massa, de um lado, e análise prática, de outro.

Ele argumenta que a análise das formas simbólicas pode ser conceitualizada mais apropriadamente em termos de marco referencial metodológico que descreve como “hermenêutica de profundidade” – HP. Thompson coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige interpretação.

Neste sentido, ele defende um papel central ao processo de interpretação, pois somente deste modo poderemos fazer justiça ao caráter distintivo do campo-objeto. O autor recorda que as formas simbólicas estão inseridas em contextos sociais e históricos de diferentes tipos; e, sendo construções simbólicas significativas, elas estão estruturadas internamente de várias maneiras. Ele acredita que a hermenêutica de profundidade apresenta uma perspectiva dentro da qual esses vários métodos de análise podem ser sistematicamente inter-relacionados, suas potencialidades podem ser consideradas e os seus limites definidos.

Thompson começa a discussão da HP como uma observação preliminar fundamental, na medida em que o objeto de nossas investigações é um campo pré-interpretado.

O enfoque da HP deve aceitar e levar em consideração as maneiras em que as formas simbólicas são interpretadas pelos sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto, ou seja, a hermenêutica da vida cotidiana ou da *doxa* é o ponto de partida primordial para o enfoque da HP. Esse enfoque deve se basear, o quanto possível, sobre uma elucidação das maneiras como as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e as recebem na sua vida cotidiana.

Isso exposto, passemos para as três fases do enfoque da HP que podem ser descritas como análise sóciohistórica, análise

formal ou discursiva, e interpretação-reinterpretação. Segundo o autor, o objetivo da análise sóciohistórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas.

Os objetos e expressões que circulam nos campos sociais são também construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada. Thompson diz que essa característica exige uma segunda fase de análise, que pode ser descrita como formal ou discursiva. Para realizar tal trabalho ele sugere cinco tipos de investigação: análise semiótica, da conversação, sintática, narrativa e argumentativa.

A terceira e última fase do enfoque da HP ele chama de interpretação-reinterpretação. A interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados:

“Por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos de análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito.” (Thompson, 1995, p. 375)

O autor também procura mostrar como o referencial metodológico da HP pode ser empregado para os fins de interpretar a ideologia. Ele toma a interpretação da ideologia como uma forma específica de HP. Essa interpretação se apóia sobre cada uma das fases do enfoque da hermenêutica de profundidade, analisando-as de uma maneira particular, com o objetivo de ressaltar as maneiras como o significativo serve para sustentar e estabelecer relações de dominação:

“Interpretar a ideologia é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar.” (Thompson, 1995, p. 379).

Ele percebe a ruptura entre produção e recepção como uma ruptura estruturada, em que os produtores de formas simbólicas, embora dependentes, até certo ponto, de receptores para a valorização das formas simbólicas, são institucionalmente instruídos e obrigados a produzir formas simbólicas na ausência de respostas diretas dos receptores. Com isso em mente, podemos nos aproximar das formas simbólicas mediadas pelos meios de comunicação de massa, distinguindo três aspectos ou campos objetivos que denomina como “enfoque tríplice”.

O primeiro aspecto é o da produção e transmissão ou difusão das formas simbólicas, o segundo é a construção da mensagem dos meios de comunicação e o terceiro é a recepção e a apropriação das mensagens dos meios.

J. B. Thompson afirma que:

“A análise da produção e transmissão é essencial à interpretação do caráter ideológico das mensagens, pois ela lança uma luz sobre as instituições e as relações sociais dentro das quais essas mensagens são produzidas e difundidas, bem como sobre as afirmações e pressupostos dos produtores. O estudo da construção das mensagens é essencial porque ele examina as características estruturais em virtude das quais elas se constituem em fenômenos simbólicos complexos, capazes de mobilizar o significado. Finalmente, o estudo da recepção e a apropriação das mensagens é essencial porque ele toma em consideração tanto as condições sóciohistóricas em que as mensagens são recebidas pelas pessoas como as maneiras como essas pessoas entendem as mensagens e as incorporam em suas vidas”. (Thompson, 1995, p. 395-396)

O autor alerta que a idéia de que os receptores de mensagens são espectadores passivos é um mito enganador que não condiz com o caráter real da apropriação, como

um processo contínuo de interpretação e incorporação.

Ele esclarece que o mito do receptor passivo anda junto com a falácia do inter-nalismo, é o equivalente metodológico, do lado da recepção-apropriação, da falsa tentativa de inferir as conseqüências das mensagens apenas da estrutura e conteúdo das mesmas. Ele conclui que o objeto por si só não mobiliza sentido.

O enfoque metodológico apresentado por Thompson permite-nos ver como o conceito de ideologia pode desempenhar um papel, ainda que restrito e cuidadosamente definido, dentro de uma teoria social fundamentada na hermenêutica e orientada para a crítica, isto é, para a auto-reflexão, crítica das pessoas que formam o mundo sócio-histórico.

### **Análise da expressão “acadêmico” na revista *Veja***

#### *Radiografia do semanário*

Dentro do percurso proposto neste trabalho, de acordo com a metodologia sugerida por J. B. Thompson, mostraremos alguns dados sobre a revista *Veja* que serão analisados posteriormente.

A revista *Veja* chegou às bancas pela primeira vez em 9 de setembro de 1968 com a tiragem de 700 mil exemplares. A publicação foi o resultado de um estudo realizado pela Editora Abril um ano antes, batizado de “Projeto Falcão”, em que foram observadas as principais revistas semanais da Europa e Estados Unidos, entre elas, a italiana *Panorama*, a alemã *Der Spiegel*, a francesa *L'Express* e as norte-americanas *Newsweek* e *Time*. Esta última, aliás, pertencente ao conglomerado Time-Life com quem a Editora Abril se vinculou. (Mattelart apud Guareschi, 1982, p. 44-45).

Hoje, vinte oito anos depois de sua criação, *Veja* é a principal revista semanal de informação do Brasil e a quarta maior do mundo, atrás somente da *Time*, *Newsweek* e

*U.S. News & World Report*, todas dos Estados Unidos. Possui a tiragem de um milhão duzentos e quarenta e dois mil exemplares, aferida pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), lidos por mais de cinco milhões de pessoas, conforme pesquisa realizada pelo Marplan<sup>1</sup>. Do total de leitores, 48% são homens (2,4 milhões) e 52% mulheres (2,6 milhões), 65% estão fazendo ou completaram o curso superior, 56% pertencem às classes A e B, e 79% de quem lê *Veja* situa-se na faixa etária entre 15 e 49 anos.<sup>2</sup>

#### O “acadêmico” em *VEJA*

Feita esta apresentação do semanário, passamos agora a descrever o objeto de análise: a palavra “acadêmico” na revista *Veja*, quando se remete à universidade, nas edições de números 1444 a 1448 (15 de maio a 12 de junho de 1996).

a) *Veja* de número 1444 traz em seu texto duas referências à expressão apresentada em duas matérias cujos títulos são “À sombra da escravidão” (p. 55 a 65) – uma revisão histórica sobre a escravatura no Brasil – e “Fernand, o Grande” (p. 122 a 125) – relato sobre a obra do educador e filósofo europeu Fernando de Braudel, nos seguintes textos, respectivamente:

“O uso dos recursos da antropologia e da economia e as pesquisas no exterior, especialmente sobre a África, também contribuíram. Pena que o resultado desse trabalho fique restrito ao mundo *acadêmico*, mesmo porque dá origem a estudos *acadêmicos*, em linguagem *acadêmica*, de difícil acesso ao leitor comum.” (p. 55, ênfases nossas)

Neste trecho os termos grifados passam a idéia de que a universidade é um lugar distanciado do mundo que a cerca. A reificação se dá com a eliminação ou ofuscação do caráter sócio-histórico dos fenômenos. Temos como estratégia a naturalização,

ou seja, um fato que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como resultado inevitável de características naturais (Thompson, 1996, p. 87-88).

“O tenente francês é capturado em 1940 e passa cinco anos em poder dos alemães. Já era de antes um *acadêmico* e no campo de prisioneiros de Lübeck dá demonstração de sua grandeza intelectual: sem consultas, escreve de memória uma tese sobre a história do “mar da Europa, da Ásia e da África”, que lhe vale depois da vitória aliada o doutorado na Sorbonne e a fama do livro que se tornou um clássico “O Mediterrâneo” (Editora Martins Fontes, 1983).” (p. 122, ênfase nossa)

A expressão acadêmico destacada no parágrafo acima mostra uma outra forma de ação da ideologia: a rotulação. No caso, o tenente faz parte de um grupo culturalmente privilegiado.

b) “Perdendo o Brilho” (p. 32-33), reportagem que trata da diminuição da base palaciana do diretor do Banco Central, Gustavo Franco, e “Os reis do gogó” (p. 56-58), texto que comenta a busca, cada vez maior, pela possibilidade de proferir palestras, da *Veja* de número 1445, fazem as seguintes referências ao termo acadêmico:

“O cardápio das conversas econômicas foi adocicado. O presidente lembrou da época em que foi colega de Delfim em órgãos *acadêmicos* da Universidade de São Paulo, e disse-lhe que gostaria de manter encontros como aquele com mais frequência.” (p. 32, ênfase nossa)

Na frase, o sentido da palavra “acadêmico” é deslocado, passando a referir-se a um lugar de encontro entre amigos.

“Às vezes um esportista serve mais ao

público de uma palestra do que um *acadêmico*, porque o que ele fala é mais real, mais convincente”, opina o professor e consultor de empresas Stephen Kanitz, autor do livro “O Brasil que dá certo”. (p. 57, ênfase nossa)

A reificação é a forma como se dá o modo de operação da ideologia no texto acima. O acadêmico é tratado como alguém não convincente, como se essa situação fosse permanente, natural e atemporal.

c) *Veja*, edição 1446, de 29 de maio de 1996, matéria “Unanimidade burra”, matéria sobre o escritor e teatrólogo Nelson Rodrigues (p. 118 a 120):

“Esquemáticos e repetitivos – O professor Sábato Magaldi é um dos mais antigos admiradores de Nelson Rodrigues. Escreveu uma tese *acadêmica* a seu respeito, organizou suas obras completas para o teatro e descobriu até que apresentou como sendo de sua autoria uma peça que não passava de uma versão descaradamente requeitada do dramaturgo americano Eugene O’Neil (veja quadro na página 120)” (...) “Em 1959, o crítico Sábato Magaldi, autor de uma tese *acadêmica* sobre Nelson Rodrigues, fez uma descoberta fantástica: a peça Senhora dos Afogados, escrita em 1947, não passa de uma versão requeitada do original Mourning Becomes Electra, do dramaturgo americano Eugene O’Neil.” (p. 119-120, ênfase nossa)

As formas simbólicas assinaladas no texto representam outra maneira de manifestação da ideologia, ou seja, através da padronização (esquemático, repetitivo e antigo).

d) No número seguinte, 1447, não foi encontrada nenhuma alusão ao termo.

e) Finalmente na edição de 12 de junho

de 1996, número 1448, a expressão, de acordo com a intenção da análise deste trabalho, aparece nos textos “O Unabomber do Real”, relato sobre um comentário do professor americano Rudiger Dornbusch com relação ao Plano Real (p. 34 - 36); em “Selva de números”, que aborda a atual retórica política de uso dos números publicados pelos institutos de pesquisa sobre a conjuntura brasileira (p. 38 -39); em “Só para amigos”, que se refere a uma suspensão de agentes da polícia federal pegos fazendo escuta eletrônica (p. 40); em “Embolada roqueira”, que fala do lançamento de um CD do cantor pernambucano Chico Science (p. 122); e em “Lixo Acadêmico”, análise do livro “Libertino e Libertários” (p. 132):

“Sangria mexicana – Conferências *acadêmicas* normalmente não produzem efeitos do lado de fora do salão.” (...) “Defasagem cambial é um assunto que preocupa o investidor. Se ele suspeita que haverá uma desvalorização, retirará seu dinheiro do país, por isso é uma questão delicada, que deve ser tratada com responsabilidade e, nesse ponto, o *acadêmico* americano deu um chute.” (p. 34, ênfases nossas)

A utilização da primeira expressão “acadêmico” acontece sob a estratégia ideológica de dissimulação. A função social da universidade é negada. Na segunda frase, o termo “acadêmico” é empregado de forma a eliminar ou ofuscar o caráter sócio-histórico da universidade.

“É bom saber que as palavras não são neutras. Havia problemas no México, sim, e acho errado querer culpar o mensageiro pela mensagem, mas a verdade é que as palavras de Dornbusch ajudaram a precipitar a crise mexicana”, acusa o professor Guillermo Calvo, economista da universidade de Maryland, especialista em países em desenvolvimento e o maior adversário *acadêmico* de Rudi.” (p. 35, ênfase nossa)

A ideologia opera de modo a deslocar “acadêmico” do seu real sentido, dando a idéia de que é um espaço diferenciado, não integrado à sociedade.

“Lair Ribeiro – Rudi mudou de circuito. Saiu do meio *acadêmico* para a selva das consultorias e palestras. Nesse meio, é preciso agitar as platéias para não desaparecer como anônimo na massa de conferencistas que pula de um salão para outro. É a síndrome de Lair Ribeiro. Nesses momentos, sabem, aqueles que lidam com essa metamorfose dos *acadêmicos*, eles têm de oferecer alguma coisa que seja nova, inusitada, de outra maneira, ficam sem freguês.” (...) “Por isso o próprio Campos tem por hábito dar crédito apenas àquilo que o professor do MIT pesquisa e escreve academicamente. Jamais leva em consideração o que ele diz para o consumo comum.” (p. 36, ênfases nossas)

“Quando se anuncia um desemprego alto, cresce a pressão em outra direção, não é um debate *acadêmico*, mas uma disputa de bilhões de reais do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, criado com a finalidade específica de combater o desemprego e abrir vagas no mercado de trabalho.” (p. 38, ênfase nossa)

“Como se fosse de propósito para evitar qualquer passo fora do ritmo, a polícia federal se limitou a investigar se eles cometeram alguma ilegalidade ao tornar pública a conversa telefônica do embaixador. Obcecado apenas com o aspecto, digamos, *acadêmico* do caso – a ilegalidade de divulgar fitas grampeadas – a polícia federal não se comoveu com as novidades que apareceram na tal investigação de narco-tráfico.” (p. 40, ênfase nossa)

“Francisco França não aderiu aos rit-

mos populares por modismo. Baseia-se na música que aprendeu na rua, ele não é um pesquisador *acadêmico* que resolveu fuçar o maracatu para ver o que poderia extrair dali, como o escocês David Byrne, ex-Talking Heads, que se dedica à pesquisa de música étnica ou mesmo Paul Simon, que, ao gravar um disco com o Olodum, se deu mal.” (p. 22, ênfase nossa)

Nas quatro citações acima, apesar de empregada em diferentes contextos, apresenta o mesmo processo de operacionalização da ideologia: a eternalização. Mais uma vez a universidade é mostrada como algo fora do contexto social:

“...Fenômenos sóciohistóricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes... (Thompson, 1996, p. 88).

“Lixo *acadêmico* – Ensaísmo chique é praga que engambela leitor.” (p. 132, ênfase nossa)

Neste último caso a estratégia de ação da ideologia é a rotulação, ou seja, o uso de adjetivos e definições de conotação negativa para estigmatizar determinadas situações, fatos, objetos, etc. (Guareschi, 1982, p. 63).

## **Contextos estruturados**

Concordando com Thompson, se parássemos nossa análise aqui cairíamos no grave risco comum na literatura sobre ideologia que é de colocar o objeto com a capacidade de mobilizar relações de dominação. Em outras palavras, o objeto seria intrinsecamente ideológico, o que o autor classifica como a falácia do internalismo.

Essa preocupação de analisar o objeto dentro de um contexto social estruturado começa a ser uma preocupação de vários

autores. No Brasil, identificamos isso, por exemplo, no trabalho de dois autores gaúchos que se preocupam em fazer a ponte entre a produção e a recepção.

Em encontro realizado em São Paulo, Sérgio Caparelli e Nilda Jacks apresentaram estudos que procuram alinhar estas duas perspectivas do campo da comunicação.<sup>3</sup>

Feita esta breve explicação com relação aos limites da análise formal ou discursiva do texto, entendemos que é preciso passar para um segundo momento de nosso trabalho, que busca ver a ideologia dentro de um contexto social estruturado.

Estamos falando aqui da análise histórica sugerida por Thompson que trata das situações espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais, estruturas sociais e meios técnicos de transmissão do campo da produção.

A revista *Veja* está inserida num esquema mais amplo que é o conglomerado Abril que, por sua vez, se localiza dentro de um processo mais abrangente que é a conjuntura socioeconômica brasileira. Acreditamos que todo este esquema faz parte de uma lógica global neoliberal explicitada por Octávio Ianni em *Teorias da Globalização*, na qual o mundo deve se submeter a uma lógica internacional do capital. Nas palavras de Ianni a terra é uma grande fábrica de produção global. (Ianni, 1996)

Essa visão deixa bem claro alguns processos em andamento hoje no Brasil, como privatização desenfreada com a conseqüente destruição do aparelho estatal público. Todo o processo tem que trabalhar no sentido de sustentar essa ideologia. Gostaríamos agora de chamar a atenção para a declaração de princípios da Editora Abril em seu Manual de Estilo:

“Como empresa a Abril está empenhada em contribuir para a difusão da informação, cultura, entretenimento, para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o *desenvolvimento da livre iniciativa* [a ênfase é nossa] e o fortalecimento das ins-

tituições democráticas no país. Essa filosofia reflete-se no conteúdo de suas publicações ...” (1990, p. 15)

Ao tratarmos da Abril não podemos esquecer o que ela representa. Todos os números analisados por nós na descrição do objeto conferem à *Veja* o monopólio da informação semanal no país, difundindo opiniões e consolidando conceitos. Segundo Amaral e Guimaraes (1994, p. 69), o monopólio se estende por todos os campos da indústria cultural, particularmente nos meios responsáveis pela transmissão de informação e também na formação de opinião, reproduzindo um modelo nacional.

“O crescimento dos monopólios e a progressiva concentração na imprensa reduz sensivelmente os espaços de produção de jornais divergentes das opiniões dominantes. O processo, sem dúvida, acompanha a monopolização geral da economia capitalista e só se explica por meio dela. Com a concentração e os monopólios reduzem-se mais ainda as possibilidades de variedade de opiniões. Esta torna-se, na atualidade, um verdadeiro mito, produto ideológico da dominação econômica, para encobrir a verdadeira situação sufocada em que vive a comunicação de pequeno porte.” (Marcondes, 1989, p. 72).

Ora, se a Editora Abril trabalha dentro de uma lógica capitalista podemos levantar a seguinte hipótese para compreender o uso da palavra “acadêmico” na revista *Veja*: se a universidade não serve à lógica da indústria da reprodução do capital ela é algo que deve ser visto distanciado da realidade.

Ao falarmos disso, é necessário considerar a importância do processo de transmissão cultural mediado por um meio técnico, no caso, a indústria editorial, mais especificamente o discurso jornalístico.

Passamos a discutir agora como esse processo se dá com relação à recepção. Para

tanto, nos basearemos no texto de Antônio Fausto Neto “A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura de recepção” (Fausto Neto, in Sousa, 1995, p. 189-222).

O autor do texto explica que as interações entre sujeitos e campos sociais se dão mediante contratos de leitura (*Veja* e seus leitores), a saber, conjunto de regras e instruções construídas pelo campo da emissão para serem seguidas pelo campo da recepção, condição com que ele se insere no sistema interativo proposto e pelo qual ele é reconhecido e conseqüentemente se reconhece como tal. O estabelecimento e o funcionamento dos contratos de leitura pressupõem, por outro lado, a existência de dispositivos técnico-simbólicos de cujas leis próprias resultam as modalidades desses contratos.

Estamos discutindo o texto jornalístico porque dentro da perspectiva de Thompson as formas simbólicas são usadas para manter e produzir relações desde que mobilizadas neste sentido. Por formas simbólicas entende o autor um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como constructos significativos. (Thompson, 1995, p. 79)

Voltemos a Fausto Neto. Segundo ele, tanto os sujeitos da emissão como os da recepção estão subordinados às características das posições que lhe são peculiares ao outro (língua, cultura, saberes, instituições, imaginários, etc.).

Como os sujeitos não se tocam e também como suas relações são mediatizadas pelas formas de linguagem, a única maneira de estimar possibilidades de interações entre os campos é, como dissemos, pelo estabelecimento dos contratos de leitura, dentro dos quais estão presentes as marcas dos lugares enunciativos, da especificidade do discurso em produção e em funcionamento e, ainda, dos outros saberes mobilizados como uma espécie de condição de produção.

Uma das conseqüências disso é levar o

sujeito para o interior das cenas ou para apontá-lo à realidade. Logo, o leitor é enviado para uma noção de mundo que se resume àquela própria criada pelo sistema de comunicação.

Fausto Neto explica que a interação entre campos da emissão e recepção, sendo sempre incompleta, requer que o funcionamento dos contratos de leitura sejam capazes, em nível imaginário, de produzir a estabilidade desejada por um modelo teórico-ideológico que preveja, dentre outros fatores, um funcionamento ajustado entre esses dois campos.

Finalmente, não poderíamos deixar de lado uma parte essencial do processo que é o estudo da recepção e a apropriação das mensagens, fechando-se com isso todo um desenvolvimento metodológico sugerido por Thompson, que ele definiu como enfoque tríplice: produção e transmissão ou difusão/construção/recepção e apropriação das formas simbólicas.

Consideramos que uma das partes mais difíceis da elaborar este trabalho é uma descrição do contexto social estruturado da recepção. O público leitor da *Veja*, conforme dados já citados, é basicamente formado por pessoas da classe média, média alta e alta. Grosso modo, são formadores de opinião.

Isso posto, fica a questão: como analisar a forma de apropriação do termo “acadêmico”, transmitido pela revista *Veja*, para esses leitores?

Propomos um método de avaliação que reconhecemos precário, mas o único possível para o momento: uma pesquisa na seção de cartas do leitor na revista para ver como as pessoas manifestam-se sobre o tema.

Foram levantadas cento e cinquenta e uma cartas das edições utilizadas neste trabalho. Em nenhuma delas há qualquer manifestação de indignação ou aprovação do uso da expressão “acadêmico” por parte de *Veja*.

Uma das hipóteses que levantamos é de que a forma pejorativa com que o traba-

lho desenvolvido pela academia é tratado pela revista encontra ressonância no dia-a-dia dos leitores. Eles também veriam o “acadêmico” como algo distante da realidade.

Uma afirmação mais elaborada sobre a questão depende de estudos mais aprofundados da recepção que escapam aos limites desta pesquisa.

## **(In) Conclusão**

Ao concluirmos este ensaio, acreditamos que as propostas apresentadas por John B. Thompson significam uma importante contribuição na compreensão da natureza e o papel da ideologia, sua relação com a linguagem, com o poder e com o contexto social e as maneiras como a ideologia pode ser analisada e interpretada em casos específicos.

A análise realizada evidencia que o uso da expressão “acadêmico” vem carregada de um forte componente ideológico que sustenta uma relação com o termo diferente do seu significado. Ou seja, o mundo acadêmico é apresentado de forma a ignorar todo o seu contexto histórico, político e social. Isso contribui para que o leitor construa sua visão da universidade como uma instituição “divorciada” da sociedade.

A pesquisa não nos permite afirmar que essa é uma postura adotada pela Editora Abril em relação à universidade. Para tanto, seria necessário um estudo mais detalhado que envolvesse um número maior de veículos do Grupo, bem como um período mais amplo de observação.

É necessário ressaltar que ainda há muito a caminhar na elaboração sistemática da metodologia proposta por Thompson. Entre as dificuldades encontradas na realização deste trabalho temos: como dar conta da síntese produção/recepção.

Como contribuição, a reflexão desenvolvida permite-nos apontar para o caminho de uma pesquisa interdisciplinar, para uma posterior unificação da análise. Inves-

---

tingar as relações de dominação existentes na sociedade é contribuir para o resgate da cidadania e o aperfeiçoamento democrático ■

## Notas

- 1 A Marplan, ao referir-se às classes A e B, toma como pressupostos uma pontuação a partir de itens sociais, culturais e econômicos. O maior número de pontos coloca a pessoa mais acima na “pirâmide”, o menor número de pontos, aproxima-a da base.
- 2 Fonte: Departamento Comercial Editora Abril, Porto Alegre, junho/ 1996.
- 3 Trabalho apresentado na V COMPÓS, no Grupo de Televisão e Audiência, em São Paulo, maio de 1996.

## Referências

- ABRIL, EDITORA. *Manual de Estilo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- ADORNO, T. W. “Indústria Cultural”. In COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971, p. 287-295.
- AMARAL, R. e GUIMARAES, C. “Qué televisión, qué democracia? Una reforma mínima de la TV brasileña”. In *Voces y Culturas*, nº 6, 1º semestre 1994.
- DUARTE, A. *O campo dos Media: Discursividade, narratividade, máquinas*. 2ª ed., Lisboa, Vega, s/d, p. 25
- FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1991, p. 25-33.
- FAUSTO NETO, Antônio. *O Impeachment da televisão: Como se cassa um presidente*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1995.
- FAUSTO NETO, Antônio. “A deflagração do sentido: Estratégias de produção e de captura da recepção”. In WILTON DE SOUSA, Mauro. *Sujeito: o lado oculto do receptor*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- FREITAG, Bárbara. *A Teoria Crítica: Ontem e Hoje*. 5ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 33-34).

GUARESCHI, Pedrinho. *Comunicação e Poder. A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1982.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 1989.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). *Idade Mídia*. Salvador, Edufba, 1995, p. 117.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 2ª ed., São Paulo, Cortez, 1996, p. 187-226).

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes, 1995.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 3ª ed., Lisboa, Presença, 1994.